



“QUESTÃO SOCIAL” E O FETICHE DA EXCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS TEÓRICO-POLÍTICOS AO SERVIÇO SOCIAL

"Social issues" and the fetish of social exclusion: theoretical-political challenges to Social Work

Paulo Roberto Felix Santos*

 <https://orcid.org/0000-0003-1538-8207>

RESUMO

O presente artigo busca problematizar quais as implicações do conceito de exclusão social para a apreensão da “questão social”, e seus desdobramentos teórico-políticos para o Serviço Social no cenário atual. Para esse intento, valemo-nos de uma revisão bibliográfica, com base na perspectiva crítico-dialética, apontando as principais nuances que contornam o debate e suas implicações. Ao realizarmos tal discussão, concluímos que mais do que um novo conceito a ser incorporado no conjunto de abordagens teórico-metodológicas da profissão, a noção de “exclusão social” pode constituir-se como um fetiche que vela as principais determinações que configuram a “questão social”, nos marcos da crise estrutural do capital, implicando em desafios à profissão na afirmação de um projeto de inspiração crítica.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Exclusão Social. Fetiche. Serviço Social.

ABSTRACTS

This article seeks to problematize the implications of the concept of social exclusion for the apprehension of the "social issues", and theoretical-political developments for Social Work, in the current scenario. For this purpose, we use a bibliographical review, based on the critical-dialectical perspective, pointing out the main nuances that circumvent the debate and its implications. In carrying out such a discussion, we conclude that more than a new concept to be incorporated in the set of theoretical-methodological approaches of the profession, the notion of "social exclusion" can constitute itself as a fetish that guards the main determinations that configure the "social issues" within the framework of the structural crisis of capital, implying challenges to the profession in the affirmation of a project of critical inspiration.

KEYWORDS

Social issues. Social exclusion. Fetish. Social Work

Submetido em: 3/4/2019.

Aceito em: 10/7/2021.

* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. (UFS, São Cristóvão, Brasil). Av. Marechal Rondon, s/n, Rosa Elze, São Cristóvão (SE), CEP.: 49100-000. E-mail: fellix.ufs@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p158-172



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

Em sua trajetória, o Serviço Social, nas variadas modalidades de intervenção, incorporou matrizes teórico-metodológicas de modo a buscar as melhores formas de incidência nas sequelas da chamada “questão social”, fenômeno congênito ao processo de acumulação de capital, resultante da exploração da força de trabalho, e do conjunto das resistências abertas das lutas da classe trabalhadora. As transformações capitalistas recentes trazem à tona fenômenos que desafiam a interpretar o significado assumido pela “questão social” e, por seu turno, quais implicações tais transformações recaem sobre os modos de pensar e agir da profissão.

Diante da crise atual, cujos efeitos mais agudos se traduzem em distintas expressões de precarização das condições de vida e de trabalho de parcelas significativas da população, nos índices crescentes de desemprego, na pauperização – relativa e absoluta –, e nas diversas manifestações da barbárie capitalista, identificamos análises que acabam por sustentar-se no conceito de exclusão¹, como conceito explicativo desses fenômenos, na tentativa de apreender as determinações contemporâneas da “questão social”. A nosso juízo, a natureza fluída do conceito de exclusão social ao tempo em que pode revelar particularidades atuais do capitalismo, corre o risco de reduzir-se às expressões pseudoconcretas dessa mesma realidade.

O debate acerca da relação entre “questão social” e Serviço Social não é novo. Por isso, nossa principal intenção é problematizar em que medida conceitos que vem sendo mobilizados no âmbito do arcabouço teórico-metodológico da profissão, como o de exclusão social, podem nos permitir apreender as determinações daquele fenômeno que dá concretude à profissão. Como nos adverte Mota (2010):

A tensão entre intervenções políticas mediatas e horizonte ético-político se reflete na cultura profissional e aponta para a necessidade de fortalecermos o núcleo teórico, estratégico e político da nossa profissão. Por isso mesmo, uma relação até agora pouco discutida – aquela entre questão social e projeto ético-político, hegemônico no Serviço Social brasileiro – deve demandar atenção nos debates profissionais (MOTA, 2020, p. 51).

Tendo em conta tal preocupação, de modo a qualificar o conjunto daquele núcleo teórico-político que marca esse projeto, partimos do pressuposto que a validade heurística de um conceito ou categoria deve consistir em revelar os nexos constitutivos de um determinado fenômeno. Desse modo, trazemos a seguinte indagação: *Seria o conceito de exclusão social potencialmente explicativo do fenômeno da “questão social”?* Por outro lado, avaliamos em que medida tal noção não poderia constituir-se como em um *fetice* que mais que apreender as particularidades do fenômeno da “questão social”, acaba por elidir as suas principais determinações. Para buscarmos pistas a essa pergunta, sustentamo-nos na crítica dialética de inspiração marxiana, dadas as contribuições possíveis de não só apreendermos os fundamentos

¹ Intentando problematizar como as diferentes formas de incorporação do debate da cidadania na produção teórica do Serviço Social expressam, pois, a vinculação a determinados projetos sócio-políticos, Santos (2018) realizou um levantamento em que identificou em dois significativos periódicos (Serviço Social & Sociedade e *Katálysis*), além de outras produções da área, análises que advogam a ampliação das formas de exclusão social como expressão da “questão social” no contexto atual. A despeito de recolher importantes elementos característicos da fase atual do desenvolvimento capitalista, sinaliza o autor que tais premissas de análise acabam por elidir as determinações fundamentais que caracterizam o próprio fenômeno da “questão social”, implicando em desafios teórico-políticos à profissão.

da realidade social, mas da própria lógica imanente ao desenvolvimento do capital. Levando-se em conta essas pistas, procuramos avaliar quais principais implicações resultam da apreensão do conceito de exclusão social no âmbito do Serviço Social, em seus níveis de formação e exercício profissionais.

“QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS DE UMA ORGÂNICA RELAÇÃO

Para o Serviço Social – enquanto área de conhecimento e profissão de natureza eminentemente interventiva – o debate da “questão social” assume uma dimensão incontornável, de modo não só a apreender as características que conferem particularidades a esse fenômeno, mas de tornar inteligível o próprio *significado histórico-social dessa profissão, ou seja, de apreender a sua natureza*. De algum modo, esse processo implica confrontar tais debates com a *raison d’être* da relação entre Serviço Social e a natureza mesma da própria “questão social”, diluída em uma apreensão tão polimórfica ou, em outros casos, tão genérica, que se torna difícil separar o que constitui o seu núcleo medular do conjunto de suas manifestações fenomênicas.

Desde os anos de 1980 é sustentado que a “questão social” – indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado – encontra-se na base de profissionalização do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982; NETTO, 1992; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997; SANTOS, 2012). Ela tem sido analisada como o elemento fundante do exercício profissional na sociedade, cujas múltiplas expressões são alvo de sua intervenção. Conforme observa Mota (2010, p.33), “[...] a questão social é posta como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional e esta última deve ter em vista formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social”.

É fato que toda a discussão teórico-conceitual que sucedeu à aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 vem na direção de qualificar essa apreensão acerca não só do significado sócio-histórico da “questão social” e suas implicações no conjunto de respostas profissionais a ela vinculado, mas de, a partir dessa apreensão, desvelar os sentidos de suas transformações no interior mesmo das mudanças capitalistas recentes. Segundo a proposta de capacitação posta no âmbito daquelas Diretrizes, trata-se da “[...] apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997, p. 62).

No bojo da revisão curricular, iniciada em meados da década 1990, abriu-se um amplo debate acerca da caracterização da “questão social” como eixo fundante da profissão. Cumpre-nos atentar para um perigo dessa discussão. Sua apreensão reduzida ao nível mais imediato pode obliterar o conjunto de mediações que se interpõe entre esses dois componentes, a profissão e a “questão social”. Considerando a miríade de autores e debates quanto ao tema, e buscando distar-se do risco de análises, por um lado, *politicistas*, ou, por outro, *economicistas*, nos sustentamos na linha teórico-metodológica marxiana a partir do amplo sistema de causalidades que envolve a “questão social” nos marcos da chamada *“lei geral da acumulação capitalista”* (MARX, 2013). Conforme indica Netto (2001), a apreensão do sistema de causalidades que está na base da “questão social” só foi possível de ser apanhada em sua radicalidade a partir de 1867

com a publicação do primeiro volume d'O *Capital*, de onde se extrai a anatomia da “lei geral de acumulação capitalista”:

[...] lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – *essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência; venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para autovalorização do capital.* Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que a população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (MARX, 2013, p.699, grifos nossos).

Tomamos, assim, a partir das lições marxianas e das análises subscritas por seus interlocutores que “[...] a questão social *enquanto constitutiva das relações sociais capitalistas* é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p.10, grifos nossos). Apesar de constituir-se como uma expressão “[...] estranha ao universo marxiano, a expressão ‘questão social’, tendo sido cunhada por volta de 1830” (STEIN, 2000 apud IAMAMOTO, 2001, p. 11), passou a constituir-se como uma importante chave interpretativa daquele conjunto de fenômenos que consubstanciou as consequências contraditórias advindas do desenvolvimento capitalista e as lutas que se insurgiram do, então, nascente operariado. Mais que uma categoria, a “questão social” revela-se como um conceito fundamental para a apreensão do conjunto de desigualdades estruturantes e estruturais da própria forma-mercantil capitalista.

É certo, pois, que no cenário contemporâneo deparamo-nos com fenômenos tão complexos que nos desafia ao esforço teórico-analítico de sua interpretação, à luz da perspectiva marxiana, bem como do acúmulo que vem se avolumando no âmbito da tradição marxista. Isso quer dizer que acompanhamos um processo de metamorfoses da questão social (IAMAMOTO, 2009). Na nossa avaliação, apreender esse significado nos exige a análise de suas particularidades no capitalismo atual, posto que, se a base fundante sobre a qual gesta-se aquele fenômeno é a mesma, suas múltiplas manifestações assumem especificidades nos distintos processos do próprio desenvolvimento capitalista. Não se trata, pois, da existência de uma “nova ‘questão social’”, tal qual depreende-se de análises de autores como Robert Castel e Pierre Rosanvallon (cf. PASTORINI, 2010), mas daquele *velho fenômeno*, assumindo contornos particulares, sobretudo nos marcos de uma das mais profundas crises do capital, desafiando-nos, portanto, a interpretação do conjunto desses novos fenômenos, as respostas que tem sido mobilizadas para o seu enfrentamento, e as armadilhas que subjazem esse processo onde o aparente *novo* parece elidir as determinações substanciais que contornam o *velho*.

Esse contexto, em que receitas requentadas para um *novo fenômeno* passam a ser operadas na reorganização da hegemonia burguesa, tem nos sentidos da crise capitalista a sua base material de elaboração. Curiosamente, é esse cenário que abre, pelo mesmo processo, a possibilidade de apreensão dos limites da sociabilidade regida pela lógica de valorização do valor, ao tempo em que se constitui como um solo fértil onde se germinam alternativas conservadoras sustentadas em um frágil ardil que não encontra correspondência para além da pseudoconcretude dos fatos.

Creemos, nessa direção, que é na apreensão das bases materiais desse fenômeno, em seu estágio contemporâneo, que nos pode permitir desvelar algumas das propostas que, negando um efetivo enfrentamento à “questão social”, só pode operar como uma sofismada resposta teórico-metodológica de sua administração, nos marcos do capitalismo em crise.

A CRISE DO CAPITAL E SUAS RESPOSTAS ECONÔMICAS E IDEOPOLÍTICAS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

No fim dos anos de 1960 e na entrada dos anos de 1970 verificamos o desmoronamento das bases de sustentação do padrão keynesiano de intervenção e a desestruturação de diversas modalidades de constituição de *Estado Social*, sobretudo no âmbito de países de economia central com suas experiências mais maduras, dentre outras formas, na elaboração do chamado *Welfare State*. Após a emergência de expressivas conquistas do movimento operário, seguiu-se uma forte redução das taxas de lucro, advindas a partir de uma nova crise do capital, à qual se respondeu não só com a *reorganização macroeconômica dos processos de acumulação*, plasmada na adoção de métodos mais “flexíveis” de gestão dos processos produtivos, como também de uma *profunda ofensiva político-econômica contra os segmentos representativos do trabalho* a partir da adoção de *medidas de ajustes neoliberais*.

Os anos posteriores a essa nova quadra histórica do capitalismo demonstraram de forma cada vez substantiva os limites do seu próprio processo, e a fragilidade de qualquer perspectiva que busque congrega um desenvolvimento mais humanizável de uma sociedade regida pela volúpia da forma-capital. Assim, vivenciamos, de lá até os dias atuais, uma crise que expõe a nu, os limites absolutos da forma mercantil fundada nesse sistema sociometabólico, num contexto de explicitação da crise. Para Mézáros (2009), trata-se de uma *crise estrutural*, que inunda todos os poros dessa sociabilidade.

Diante das dificuldades de conter a espiral da crise, a partir da constituição do chamado *Consenso de Washington*, iniciou-se a implementação de programas de austeridade de natureza deflacionista, nos marcos do *modelo neoliberal*, com o receituário dos chamados *ajustes estruturais*, de onde o *Estado* buscou acionar *mecanismos anticrise*. Tais respostas, operadas no processo de rearticulação da hegemonia burguesa, a rigor, tem exponenciado o complexo de contradições que subjaz esse fenômeno, típico do capitalismo, mas que assume particularidades em seu atual estágio de acumulação. Ao vermos derruir as bases ideopolíticas, processadas nos chamados *anos gloriosos*, nas quais se realizou um conjunto de reformas democráticas que pareciam conformar uma progressiva pauta de ampliação dos chamados direitos de cidadania, o que temos verificado é o avanço de uma série de *contrarreformas*, de onde se verifica a *desestruturação de (limitadas) conquistas do período anterior, em especial no âmbito dos direitos sociais*.

No âmbito dessa reorganização capitalista, verificamos o reordenamento ao trato da “questão social”, a partir de uma proposta neoconservadora, sobretudo na relação Estado-sociedade, com vistas a ampliar espaços de valorização do valor e de recomposição de lucros capitalistas. Nessa esteira, identificamos a acusação da inépcia do Estado em gerenciar as políticas sociais, em que se advoga sua refuncionalização. Daí, torna-se marcante uma “repolitização conservadora” ao trato da “questão social” no reclame à participação do chamado “terceiro setor” (cf. MONTAÑO, 2002), considerando-o como um espaço à parte da *suposta ineficiência estatal* e do *livre do poder cego* do mercado, cuja preocupação atrelar-se-ia, fundamentalmente, ao desenvolvimento

social, apoiando-se na ação de instituições filantrópicas, do voluntariado, e das chamadas organizações não-governamentais.

De outro lado, requisita-se da ação estatal o papel de provedor dos espaços ociosos do mercado, por meio da constante mercantilização do atendimento às necessidades sociais, enquanto zonas privilegiadas de controle do grande capital. Em paralelo, identificamos a assistencialização de um conjunto de políticas sociais, reduzidas a ações focalizadas, restritas, e de caráter minimalista, ao passo em que assistimos a centralidade da Política de Assistência Social, cujo protagonismo assumido no enfrentamento ao aumento das desigualdades sociais consubstancia-se em certo “fetiche social” (MOTA, 2010). Tais medidas, nem de longe podem dar conta de se contrapor ao as consequências do fenômeno contemporâneo de exponenciação das formas de pauperização de parcelas significativas da classe trabalhadora.

A crise abre a possibilidade de apreensão do plexo de contradições que congrega o desenvolvimento capitalista, posto que expõe a nu os limites de sua acumulação. Ao mesmo tempo, torna-se um solo fértil para a elaboração de estratégias para o seu encobrimento, onde constitui-se uma sólida base ideopolítica na elaboração de um novo “conformismo social” (GRAMSCI, 2013) na afirmação da hegemonia burguesa, valendo-se da requisição de determinadas respostas conceituais, traduzidas em demandas operativas. É nesse campo, que em uma das variações da vulgata neoliberal, consubstanciadas no chamado *social-liberalismo*, surge um conjunto de teorias plasmadas nas chamadas “terceira via”, de Antony Giddens, a “via 2 ½”, do teórico dos “Novos Movimentos Sociais” (NMS), Alain Touraine, e as propostas do “pós-Consenso de Washington” (CASTELO, 2013).

Na verdade, tais respostas veem-se estéreis frente à ampliação do desemprego crônico, ou na persistência de formas cada vez mais precárias de inserção dos trabalhadores. Por outro lado, verificamos a ampliação da pobreza, não só na sua face relativa, mas, sobretudo, nas suas formas absolutas, a despeito de toda a preocupação de um conjunto de organismos oficiais mobilizados na adoção de estratégias de tentativas de mitigação desse processo, como é o caso da chamada Agenda 2030² da Organização das Nações Unidas, cujos objetivos, nada modestos, refere-se, entre outros, à “erradicação da pobreza” (ONU, 2019). Para esse fim, investe-se no recurso ao (mal) chamado *desenvolvimento sustentável* e nas tentativas de *promoção da inclusão social*, influenciando em agendas em nível internacional e locais, traduzidas em diversas políticas sociais, *lócus* de atuação de diversos assistentes sociais.

Diante dos fenômenos aos quais aludimos não é raro que o conjunto de formulações teórico-conceituais para os quais se busca mobilizar toda uma rede interventiva recaía sobre designações genéricas que, tomadas em seu significado mais aparente, poderiam contribuir na elaboração de respostas mais efetivas, a exemplo da noção de exclusão social. Como um *passé de mágica*, um feitiço (fetiche), a ressemantização dos sentidos da crise parece conferir de maior robustez as respostas possíveis aos seus *sintomas* apreendidos como disfunções surgidas no caminho do inevitável desenvolvimento capitalista. Nesse cenário, trazemos à baila as seguintes indagações: *seria o conceito de exclusão social potencialmente explicativo dos fenômenos do*

² Segundo informações extraídas do sítio eletrônico da entidade a Agenda 2030 refere-se a “[...] um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, não paginado).

capitalismo contemporâneo? Quais as implicações na incorporação desse conceito para as possibilidades de elaboração de respostas profissionais qualificadas?

A ARMADILHA TEÓRICO-CONCEITUAL DO CONCEITO DE EXCLUSÃO SOCIAL E OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

É na própria base material na qual assenta-se o espaço de legitimação do Serviço Social que podemos localizar a “questão social”, traduzida em suas múltiplas expressões. Nos marcos da crise capitalista, apresentando novas manifestações daquele velho fenômeno, do seu nível de apreensão teórico-conceitual desdobram-se desafios interventivos inseridos no conjunto de tensões entre as *demandas/requisições sociais* e as *respostas profissionais* que se operam nesse campo. Vale destacar que o processo que articula esse conjunto de demandas, bem como as respostas possíveis, atendem às transformações da própria dinâmica social na qual se realiza a atividade profissional. Como vimos, no conjunto dessas respostas, assentam-se aquelas propostas formuladas no âmbito da intelectualidade burguesa, *preocupada* com a exponenciação das expressões da “questão social”, cujo limite de ação assenta-se em malfadadas estratégias teórico-políticas de sua administração, dada a incapacidade político-analítica de buscar alternativas para a sua superação. Decorre daí a possibilidade de reduzir a apreensão do núcleo estruturante da “questão social” ao mero *gerencialismo* desse fenômeno.

Sustentamos que é na análise marxiana que podemos localizar os fundamentos que engendram a “questão social”, de onde derivam determinadas formas mais imediatas de seu enfrentamento, dentre elas a política social. Trata-se, portanto, de apreender o *modus operandi* próprio do desenvolvimento mercantil-capitalista do qual a manifestação das expressões da “questão social” é parte integrante. Se a hipótese que levantamos no início desse texto estiver correta, parece-nos que é na chave heurística de cariz marxiano/marxista que poderemos encontrar pistas de modo a problematizarmos tais desafios postos à categoria profissional que se veem ampliados, e que aqui buscamos situar a partir de dois fenômenos típicos do capitalismo – de ontem e de hoje – o *desemprego* e o *pauperismo*, mas que assumem contornos particulares nessa etapa histórica de uma das mais profundas crises desse sistema sociometabólico.

A persistência do desemprego crônico – um fenômeno da crise estrutural

No debate acerca das atuais expressões da “questão social” identificamos no *desemprego crônico* (MÉSZÁROS, 2009) um de seus fenômenos mais patentes. O que, na nossa avaliação, cabe considerar é que não se trata de um fenômeno de exclusão, mas da própria *contradição imanente* a uma forma de organização social que, ao tempo em que passa a demandar o aumento da incorporação da força de trabalho, opera, no sentido inverso e articulado, repelindo contingentes inteiros de trabalhadores, na constituição de seu “exército industrial de reserva” (MARX, 2013).

Na totalidade orgânica dessa forma mercantil subsiste uma processualidade dinâmica em que todos, em alguma medida, estão incluídos, empregados ou não, posto desempenhar funções diferenciadas na estrutura produtiva e, assim, garantir o seu desenvolvimento e acumulação de capital. Pensemos, por exemplo, na pressão que essa massa de trabalhadores desempregados opera sobre parte daqueles que, de algum modo, encontram-se inseridos no mercado de trabalho, nas dimensões do rebaixamento salarial, na persistência das precárias condições de

trabalho, nas dificuldades de organização política desses sujeitos, influenciando decisivamente, inclusive, no rebaixamento de níveis de consciência de classe.

No sistema do capital é perceptível o crescente volume dos meios de produção, sobretudo por meio do investimento em *inovações tecnológicas*, mas também por variadas formas de *gestão da força de trabalho*, cuja finalidade é o *incremento da sua capacidade de produção*, em detrimento ao *aumento da incorporação da força de trabalho*, o que permite, no processo de acumulação de capital, a ampliação da produtividade capitalista sem a necessária inserção de mais trabalhadores. Essa é, nos termos marxianos, a “[...] *lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável*” (MARX, 2013, p.699, grifos nossos). Não se trata, pois, da incorporação de *mais trabalhadores*, mas, sim, de *mais trabalho*. E mais trabalho significa uma maior extração de *mais-valor*³, resultante da intensificação da exploração capitalista. Dessa forma, não nos estranha os números milionários de mortes resultantes do processo de trabalho. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relatório de 2013, cerca de 2,3 milhões de pessoas morreram por ano em decorrência de acidentes de trabalho, além da constatação de que a cada ano se produziria 160 milhões de casos de doenças não mortais relacionadas com o trabalho (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2013).

Com esse movimento, “[...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – *uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária*, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 2013, p.705, grifos nossos). De outra sorte, esse processo conduz à formação de força de trabalho excedente, dado que a dinâmica que conforma a produção capitalista, opera uma dupla relação, de demanda e repulsa por força de trabalho. Segundo levantamento do Portal G1, baseando-se nos dados divulgados pelo IBGE, levando-se em consideração o ano de 2018, tivemos uma taxa média de desocupação em torno de 12,3% que, apesar do recuo em relação ao ano anterior (0,4%), teve como consequência o aumento do trabalho sem carteira assinada e por conta própria (ALVARENGA; SILVEIRA, 2019). Ou seja, ao lado do *caráter crônico do desemprego*, *coexistem formas cada vez mais precárias de submissão da força de trabalho ao sistema geral de rotação do valor*.

Na análise marxiana os segmentos constitutivos da força de trabalho excedente representam uma *superpopulação relativa*, cujo aumento avança mais rapidamente que a própria revolução técnica do processo de produção e que corresponde a um decréscimo cada vez maior da parte variável em relação ao capital constante. O sobretabalho de uma parte ocupada conduz a um aumento do “*exército de reserva*”, formado pela parte restante, na qual subsistem trabalhadores impelidos ao “*ócio forçado*” (MARX, 2013), exercendo, por outro lado, uma maior pressão sobre a parte de trabalhadores ocupados, tendo estes que se submeterem aos ditames do capital.

A dinâmica que articula aqueles que se encontram submetidos diretamente à exploração da força de trabalho e aquela parcela submetida ao exército industrial de reserva não pode ser apreendida como dois momentos separados ou confrontados, mas implica apreendê-los como uma *unidade indissolúvel do processo de desenvolvimento da forma mercantil-capitalista*. Tal argumentação confronta uma tendência de análise que, escamoteando a dimensão estrutural

³ Dessa maneira, “[...] *produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção*” (MARX, 2013, p.695, grifos nossos)

do desemprego no capitalismo, tende a deslizar os fundamentos dessa angulação da exploração capitalista para o par *incluído/excluído*, como já observamos.

Ao assumirmos o conceito de exclusão social no capitalismo como forma apartada e isolada, verificamos a fetichização daquele fenômeno em que as alternativas passariam pela *inclusão*. Buscando enfrentar o fenômeno do desemprego crônico, verificamos uma constante demanda pela realização de capacitação para a chamada *inclusão produtiva*, sinalizadas, por exemplo, na educação para o *empreendedorismo*, na ênfase da chamada *economia solidária*, nas modalidades de *cooperativas*, nas saídas via *trabalho informal*, enfim, *uma série de medidas que muitas vezes se traduzem em ativação para o trabalho precário, ou na ilusão de possibilidade da garantia do emprego, como alternativas ao desemprego persistente no capitalismo*, processos em que diversos assistentes sociais tem sido demandados a atuar nas modalidades de orientação, capacitação, elaboração e monitoramento de projetos e programas sociais, etc.

De outro modo, diante das dificuldades de resolução da problemática em questão, dados os flagrantes índices de desemprego e subemprego, assim, atribui-se a raiz da situação ao fracasso da implementação de uma sólida *cidadania social*. Passa a operar, portanto, um debate cujos fundamentos elidem a dimensão central do fenômeno, qual seja, o *processo de exploração capitalista*, deslocando suas determinações para um aparente fracasso de suas expressões jurídicas e da intermediação do Estado, deficitário, nessa leitura, em sustentar uma efetiva ampliação da cidadania que garanta medidas ativas de *inclusão*.

Ao limitarmos a abordagem do desemprego a uma dimensão estritamente fenomênica, e balizada a partir da referência aos processos de exclusão social, corremos o risco de explicá-lo por si mesmo, ou, no limite, de nos restringirmos aos níveis explicativos apologéticos da economia burguesa, deslocando um fenômeno estrutural ao capitalismo para uma análise superficial, localizada e conjuntural. Destarte, as soluções passariam por considerar melhores formas de gestão da relação entre demanda social e força de trabalho ociosa, objetivando *incluir* esses *indivíduos desempregados* conferindo-lhes o *status* de *cidadão*, no sentido de equalizar uma manifestação crônica do sistema de causalidades da “questão social”, balizada, a partir de uma *teoria da exclusão* que, a rigor, trata-se de

[...] um conceito que mais obscurece do que esclarece a totalidade das relações sociais em que o fenômeno está envolvido, e por isso, deixa de apreender as condições concretas que fazem do desemprego crescente e da pauperização ampliada, parte constitutiva da dinâmica contemporânea (MARANHÃO, 2010, p. 96).

Como conceito, nos parece que a noção de exclusão social assume uma frágil potencialidade explicativa das determinações contemporâneas do capitalismo. Desse modo, ao vermos fracassadas as alternativas de reativação de um *novo pacto social* fundado em uma *nova sociedade salarial*, assistimos a processos não só do aumento das desigualdades sociais, mas da ampliação das formas de pauperização em nível absoluto, e também relativos, o que imprime outro conjunto de desafios para pensarmos as *armadilhas* que interpelam as respostas sócio-profissionais na contemporaneidade.

Ampliação do pauperismo e as alternativas ao seu “enfrentamento”

Por se constituir em contradição imanente, é na acumulação irrefreável de capital de uma parte, que produz o crescimento acelerado do pauperismo – sedimento mais baixo da superpopulação

relativa (MARX, 2013)⁴ – de outra parcela significativa da população, no âmbito dos mais amplos segmentos da classe trabalhadora. Em nível mundial nem mesmo o conjunto estatístico da econometria burguesa já é capaz de camuflar a tragédia capitalista. A OXFAM, entidade “sem fins lucrativos”, em seu Relatório “*Bem público ou riqueza privada*”, divulgado em janeiro de 2019 atestou que a fortuna dos bilionários do mundo havia aumentado em 12% em 2018 (cerca de US\$ 900 bilhões), ou US\$ 2,5 bilhões por dia, enquanto que a metade mais pobre do planeta (3,8 bilhões de pessoas) viu sua riqueza reduzida em 11% no mesmo período (OXFAM, 2019). Uma mirada na realidade brasileira também não é capaz de nos empolgar. A mesma entidade em seu Relatório “*Um país estagnado*”, divulgado no final de 2018, afirma que:

Em 2017, o Brasil tinha 15 milhões de pessoas pobres – que são as que sobrevivem com uma renda de US\$ 1,90 por dia (pouco mais de R\$ 7, segundo critério do Banco Mundial) –, ou 7,2% da população. Houve um crescimento de 11% em relação a 2016 (13,3 milhões de pobres, 6,5% da população). Esse é o terceiro ano consecutivo que o número de pobres aumenta no Brasil, tendência iniciada em 2015 (OXFAM, 2018, p. 16).

Apesar dos dados, não raras vezes encontramos análises que, desconhecendo ou subdimensionando na *pobreza* elementos que lhe são congênitos acabam por realizar uma leitura que hipoteca tais elementos a uma “falta de amparo público” e à “inoperância dos direitos básicos de cidadania”, ou seja, restringe a análise às manifestações superficiais – jurídico-políticas – que incidem sobre as expressões da “questão social”. Desse modo, a contraface passa a operar em ações que visem a reversão dessas “falhas” nos marcos da própria sociedade capitalista, de modo que não reconhecem – ou não podem reconhecer – que o cerne reside na lógica mesma de funcionamento da reprodução sociometabólica do capital e que *nenhuma* forma de enfrentamento pode ter a mínima pretensão de torná-la solúvel nos marcos dessa sociabilidade. Apesar dessa constatação, vale destacar que disso não pode derivar um imobilismo frente aos intensos processos de depauperação dos segmentos representativos do trabalho, seja no campo tático mais imediato, operando na resistência pela sobrevivência desses segmentos, seja na construção de um projeto mais amplo, que se afinando com uma proposta anticapitalista tenha nesse horizonte e na dissolução de todas as suas manifestações um fim.

Como já discutimos, a *armadilha conceitual* que envolve o discurso da “exclusão social” tem, via de regra, na sua *aparente antípoda*, a “inclusão social”, um chamamento importante, de onde a problemática residiria no *déficit de inclusão* e não na existência mesma dessa forma social na qual se engendram tais desigualdades, conformadas na persistência dos “excluídos”, dos “pobres”, dos “marginalizados” e dos “segregados”. As formas variadas de reafirmação dessas desigualdades, plasmadas no pauperismo persistente da classe trabalhadora na abertura do século XXI vem sendo balizadas por “novos métodos de enfrentamento”. Na avaliação de Mota (2010) um deles consiste na existência de políticas compensatórias, dentre elas, os programas de renda mínima “[...] como uma estratégia que, ao transformar os desempregados e subempregados em clientela da assistência social, banem o direito ao trabalho da pauta dos trabalhadores, substituindo-o pelo acesso a uma renda mínima de sobrevivência” (SILVA E SILVA, 1997 apud MOTA, 2010, p.41).

⁴ Nesse espaço, segundo Marx abstraindo dos “[...] vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado [...]”, estariam presentes três estratos: “[...] os aptos ao trabalho [...]”, “[...] os órfãos e os filhos de indigentes [...]”; e, por fim, “[...] os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho” (MARX, 2013, p. 719).

Ora, ao assumirmos a noção de exclusão social como conceito explicativo das expressões da “questão social” na atualidade o risco, a nosso juízo, é conferir-lhe certa centralidade da análise, que passaria a se deslocar para as melhores estratégias de seu gerenciamento, com vistas a atenuar o *acirramento das desigualdades e da pobreza*, cujas raízes estão localizadas no próprio acirramento da luta de classes, que se desdobra desses fenômenos típicos do desenvolvimento capitalista. Na análise de Siqueira (2011), no que tange ao debate da pobreza e suas diferentes concepções estariam relacionadas a outros binômios para além do par “inclusão-exclusão”, incorporando nomenclaturas tais como “normalidade-anomia”, “ajustamento-desajuste”, “funcional-disfuncional” e “integração-desintegração”. As causas últimas revelariam pontos *disfuncionais do sistema*, solucionáveis *por dentro*, através de *mecanismos de aperfeiçoamento*. Percebemos que sorrateiramente, a partir de um *canto envolvente*, o significado das relações de exploração capitalista, nas quais é forjada a “questão social”, desliza-se para a ênfase em *alternativas intra-capitalismo*, como se essas fossem passíveis de solução no âmbito de suas expressões estruturais.

Ao não pressupor a superação da ordem social própria da geração do pauperismo, a alternativa passa a constituir-se na rearticulação de uma espécie de *neocontratualismo* (MARANHÃO, 2010) de recuperação do tecido esgarçado pela agudização das expressões da “questão social”. Por isso, a ênfase na *inclusão dos excluídos*, posto constituir-se como uma alternativa de reafirmação de *laços de solidariedade* e de rearticulação de um *horizonte comum*, elementos que sedimentariam *a base do projeto ideopolítico conservador de substrato durkheimiano*⁵.

O reconhecimento *vis-a-vis* aos limites dessas análises tende a nos levar a problematizar o próprio limite da forma mercantil-capitalista quanto à sua capacidade efetiva de enfrentar as contradições que ela própria engendra. Na nossa óptica, suas *soluções* acabam por reduzir-se ao restrito momento que Marx (2010) denominou de “*emancipação política*”. Cabe-nos, nessa medida, a articulação a um projeto estratégico afinado com o horizonte da “*emancipação humana*”. Com isso, não estamos negando a necessidade premente do estabelecimento de ações e políticas voltadas para mitigar o que aqui consideramos como expressões da “questão social”, mas com a precisa certeza de que tais medidas não tem a capacidade, *per se*, de extinguir a desigualdade social existente no capitalismo. Na nossa avaliação, em acordo com Maranhão:

Para além da generalização de aspectos específicos da realidade europeia e das suas implicações políticas dessas teses, o conceito de *exclusão social*, ao se ater aos fatos empiricamente observáveis, fragmenta a realidade e mistifica as determinações imediatas desse fenômeno. O que é mera aparência se transforma em essência, o que seria o começo de uma análise se transforma em seu fim, o que é mera expressão empírica se metamorfoseia em refinadas teorias sociológicas que se limitam a obscurecer expressões imediatas do fenômeno (MARANHÃO, 2010, p.96, grifos do autor).

Do ponto de vista das referências teórico-metodológicas que assentam a formação e atividade profissionais, nossa preocupação consiste em problematizar em que medida o conceito de exclusão, ao gozar de certa notoriedade no léxico profissional, teria a capacidade efetiva de dar

⁵ Abreu (2008, p. 225) nos demonstra com o projeto liberal-burguês de Emile Durkheim tornou-se fundamental para a sistematização da “positividade norteadora e coercitiva da moral em uma sociedade desigualmente dividida pelo trabalho, mas necessariamente limitadora e reguladora do potencial desagregador das ações privadas e possessivas”. Desse modo, torna-se possível identificarmos no arsenal heurístico do pensador francês recursos às noções de “*integração solidária*”, “*solidariedade social*”, “*bem comum*”, “*solidariedade orgânica*”, como pressupostos necessários à manutenção da “*coesão social*”.

conta de um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social”, ou mesmo, nos permita a “apreensão da totalidade social”, conforme princípios formativos do assistente social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997). Sabemos, pois, que no debate atual da “questão social”, mais que um rearranjo teórico-conceitual, o que está em jogo são as novas modalidades de seu trato, como expressão de um projeto neoconservador, em face das evidências de erosão da hegemonia burguesa, diante de uma de suas mais profundas crises, plasmando-se em um novo receituário, pautado em metodologias pragmáticas que podem influir, em alguma medida, no conjunto de abordagens mobilizadas pelos assistentes sociais

Ante a esses desafios cumpre-nos enfrentar o debate na afirmação de um projeto profissional crítico que, distando-se do predomínio do formalismo abstrato que informa tais abordagens, sustente-se em uma perspectiva crítico-dialética. Torna-se necessário, nesse sentido, um constante retorno aos fundamentos, de onde a apreensão histórico-ontológica desse conjunto de fenômenos nos requisita um trato rigoroso não só do que revela, enquanto expressão das tendências atuais do capitalismo, mas do que vela no âmbito dos projetos teórico-políticos em disputa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentamos evidenciar no artigo, o cenário atual em que se agudizam as consequências advindas do processo atual de acumulação capitalista nos marcos de uma das suas mais profundas crises, tem comportado consigo a mobilização de um conjunto de respostas orquestradas no âmbito do projeto burguês. Interditado de manter as bases de sustentação que foram importantes na *era de outro* do capitalismo, em que verificamos a conformação de estrutura de base salarial, bem como de uma série de provimentos sociais, incorporando demandas históricas da classe trabalhadora, o atual estágio de acumulação parece ver-se constrangido a ações de mitigação das expressões mais agudas da “questão social”. Disso deriva que, além da ênfase nos procedimentos da econometria burguesa, buscando avaliar determinados níveis de pobreza e de desemprego, assistimos a ênfase em designações genéricas, e esvaziadas de potencialidades crítico-analíticas, como *vulnerabilidade*, *risco* e *exclusão social*, como conceitos que balizam novas modalidades de intervenção, traduzidas em um fetiche do rearranjo semântico, como se a adesão a novos conceitos pudesse dar conta de desnudar os elementos estruturantes que conformam tais fenômenos.

Inaugura-se um *cardápio* de conceitos e abordagens teórico-metodológicas que interpela respostas profissionais no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas sociais. No âmbito do Serviço Social nossa preocupação reside em decifrar em que medida tais conceitos podem se constituir, ou não, como elementos explicativos do real, que deem conta de possibilitar uma intervenção profissional qualificada, a partir da afirmação de um projeto profissional de natureza crítica. Irremediavelmente, as tensões que se operam no âmbito do Serviço Social, em seus níveis de formação e exercício profissionais, traduzem duas tendências gerais no enfrentamento à “questão social”, conforme salienta Mota (2010). A primeira reduz-se ao nível de *administração no interior da ordem burguesa*; e a segunda, antípoda à primeira, circunscreve-se na possibilidade de *superação nos marcos sociais que a reproduz*.

As preocupações levantadas pela autora nos parecem absolutamente pertinentes dado o conjunto de requisições posto à profissão na atualidade. Alude ainda Mota (2010) que, mesmo

com os limites profissionais, “[...] é possível imprimir uma direção social estratégica à prática profissional” (MOTA, 2010, p. 48, grifos da autora). Cremos que tais preocupações, para além da desmitificação de conceitos como os de exclusão social, desafiam a categoria profissional na apreensão de um dado inquestionável: *na relação entre “questão social” e capitalismo não se é possível enfrentar a primeira sem pôr em xeque o segundo, considerando os limites da lei geral de acumulação capitalista.*

Decorre daquelas preocupações a necessidade de que mais do que uma reelaboração conceitual, o que está em jogo na disputa entre os diferentes projetos de classe, que se interpõem traduzidos em seus embates econômicos, políticos e teóricos, é a possibilidade de elaboração de um efetivo projeto anticapitalista, que não pode ser atribuído a uma determinada profissão, mas que, por outro lado, dela não pode ser retirado, como se as abordagens teórico-interventivas das quais se valem os sujeitos que lhe dão concretude assumissem uma formulação neutra. Ao contrário, ao se inserir no coração da luta por direitos, mobilizando estratégias de “enfrentamento” à “questão social”, a profissão passa a ser inundada pelos diferentes projetos e concepções de mundo que estão em disputa, desdobrados da própria luta das classes sociais, o que deve imbuí-la da necessidade de adensamento do conjunto qualificado de respostas profissionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, H. **Para além dos direitos:** cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego fica em 11,6% em dezembro e ainda atinge 12,2 milhões de brasileiros, diz IBGE. **G1 Notícias**, Rio de Janeiro; São Paulo, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/31/desemprego-fica-em-116-em-dezembro-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. **Caderno ABESS:** São Paulo: Cortez Editora, n. 7, nov. 1997.

CASTELO, R. **O social-liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Volume 1. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo In: MOTA, A, E. et al. (org). **Serviço social e saúde:** formação e trabalho profissional. 4. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

MARANHÃO, C. H. “Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social”. In: MOTTA, A. E. (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. Inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos Anais Franco-Alemães. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo, Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social. In: O MITO da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília (DF): ONU Brasil, 15 dez. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **La prevención de las enfermedades profesionales**. 1. ed. Genebra: OIT; 2013.

OXFAM. **Bem público ou riqueza privada?** São Paulo: OXFAM, 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/bem-publico-ou-riqueza-privada/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

OXFAM. **País Estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, J. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 3. reimp. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, P. R. F. dos. **Dos limites da cidadania crítica à crítica dos limites da cidadania**: perspectivas teóricas e projetos políticos em disputa no Serviço Social Brasileiro. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SIQUEIRA, L. de S. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos.** 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

Paulo Roberto Felix Santos

Assistente Social, Doutor em Serviço Social (UFRJ). Professor do Departamento de Serviço Social (DSS/UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS) da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM-UFS).
